



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

EDITAL DO PREGAO PRESENCIAL Nº 003/2014

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

- 1. DO OBJETO**
- 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**
- 4. DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “HABILITAÇÃO”**
- 5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**
- 6. DO CREDENCIAMENTO**
- 7. DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 9. DA SESSÃO DO PREGÃO**
- 10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**
- 11. DOS LANCES VERBAIS**
- 12. DO JULGAMENTO**
- 13. DOS RECURSOS**
- 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 15. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO, FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO**
- 17. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**
- 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

ANEXOS

- ANEXO I - Especificações do Objeto
ANEXO II - Termo de Referência
ANEXO III - Minuta do Contrato

MODELOS

- MODELO 1 - Credenciamento
MODELO 2 - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
MODELO 3 - Proposta de Preços
MODELO 4 - Planilha Orçamentária
MODELO 5 - Cronograma físico-financeiro de execução
MODELO 6 - Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Aceite das Condições do Edital
MODELO 7 - Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação
MODELO 8 - Declaração de Responsabilidade Técnica pelos Serviços
MODELO 9 - Declaração de Conhecimento das Informações para Execução do Objeto
MODELO 10 - Demonstrativo de Capacidade Financeira
MODELO 11 - Comprovação do Atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

ELEMENTOS INSTRUTORES

- [Planilha Orçamentária](#)
[Cronograma Físico Financeiro](#)
[Memorial Descritivo](#)
[Layout dos projetos](#)



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

PREGAO PRESENCIAL Nº 003/2014

PREÂMBULO

Órgão Interessado:	Agência Municipal de Turismo
Processo:	2013025880
Regime Legal:	Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 178/2008 e Decreto Municipal nº 203/2005 (com alterações do Decreto nº 127/2010), 415/2013.
Tipo Licitação	MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de Execução:	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
Exame ou Retirada do Edital:	Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Planejamento e Gestão, sito à 502 Sul, NS-02, Prédio Buriti 2º andar, ao lado do Paço Municipal de Palmas-TO, CEP 77.021-900.
Local da Sessão:	Qd. 502 Sul, Av. NS-02, auditório/sala de reuniões Prédio Buriti térreo ao lado Paço Municipal, em Palmas - TO, CEP 77.021-900, Palmas/TO.
Data da Sessão:	21/03/2014
Hora da Sessão:	9:00 horas (horário local)
Informações:	Telefax (63) 2111-2735 / 2736 em horário comercial e-mail cplpalmas@gmail.com
Custo Reprográfico do Edital:	0,20 UFIP por folha, conforme Tabela V do Anexo II do Código Tributário Municipal (LC 107/2005). A guia para pagamento deverá ser retirada na Agência de Rendas da Secretaria de Finanças (endereço acima) e quitada nos agentes autorizados. Obs.: Caso o interessado forneça mídia removível (CD) para obtenção do Edital, não haverá a cobrança dos custos.
Fornecimento dos Elementos Instrutores	Os Elementos Instrutores constantes deste Edital serão fornecidos exclusivamente em mídia removível tipo CD (o interessado deverá fornecer o CD virgem).

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a **contratação de empresa para execução de serviços de revitalização da Praia da Graciosa em Palmas/TO**, conforme especificações deste Edital e dos elementos instrutores fornecidos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, exceto consórcio.

2.2. Não poderá participar desta licitação a empresa que:

a) estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo se comprovar a sua reabilitação;

- b) incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº. 8.666/93;
- c) estiver incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal de Palmas;
- d) incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Diretoria de Compras e Licitações, no endereço, fax e/ou email constados nas preliminares deste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão.

3.2. Os pedidos de impugnação aos termos editalícios deverão ser protocolados junto à Diretoria de Compras e Licitações, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão, observadas as disposições do artigo 41 da Lei 8.666/93, devidamente digitados e, quando for o caso, assinados pelo representante legal do licitante, em original.

3.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser dirigidos ao Pregoeiro responsável pelo certame.

4. DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “HABILITAÇÃO”

4.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Habilitação” deverão ser lacrados, opacos, indevassáveis e entregues ao **Pregoeiro** ou sua equipe de apoio, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados.

4.2. A Superintendência de Compras e Licitações não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Habilitação” enviados pelos correios ou quaisquer outras formas.

4.3. O Envelope 1 - PROPOSTA COMERCIAL e o Envelope II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO indicarão em sua parte externa e frontal os dizeres de quais documentos se encontram inseridos, conforme segue:

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PREFEITURA DE PALMAS-TO

PREGÃO PRESENCIAL N.º/2014

ENVELOPE N.º

PROPONENTE:

5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1. Os documentos a serem apresentados deverão:

- a) quando cópias, com registro de autenticação efetuados em cartório ou por servidor da Prefeitura de Palmas-TO;
- b) quando proposta, planilha orçamentária e cronograma, conter rubrica em todas as folhas e assinatura na última página do responsável constituído;
- c) ser preferencialmente encadernados, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, numerados sequencialmente em ordem crescente, em uma única via, sem borrões, rasuras, ressalvas,



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

5.2. Os documentos expedidos via on-line (internet), no qual possam ser aferidos por meio eletrônico, dispensam autenticação.

5.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos de requeridos no presente Edital.

5.4. Não serão autenticados documentos na sessão da licitação.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os licitantes deverão credenciar, mediante a apresentação de carta ou procuração por instrumento público ou particular, um credenciado ou procurador, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos próprios da licitação, conforme MODELO 1.

6.2. Os credenciados ou procuradores deverão estar munidos da Cédula de Identidade ou documento equivalente.

6.3. Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverão ser apresentadas cópias do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações, e Cédula de Identidade.

6.4. Deverá ser incluído no credenciamento a comprovação de que o licitante encontra-se enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso, através de extrato do site www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional ou declaração de enquadramento devidamente registrada no órgão competente no decorrer de 2013 ou 2014, ainda, Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida no decorrer de 2013.

6.5. Juntamente com o documento de comprovação do item anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a respectiva declaração, Conforme MODELO 2.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A proposta comercial, conforme MODELO 3, deverá ser datilografada ou digitada e deverá conter:

- a) razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e fax da empresa proponente;
- b) especificações detalhadas do objeto proposto, conforme descrito no ANEXO I;
- c) os valores unitários, totais dos itens e global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, no máximo com duas casas decimais;
- d) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura da sessão;
- e) prazo de execução dos serviços de até **04 (quatro) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviços;**
- f) prazo de pagamento não inferior a 30 (trinta) dias, após atesto da nota fiscal.

7.2. Juntamente com a proposta comercial, deverá ser entregue:



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

- a) a planilha orçamentária, que deverá ser elaborada para cada item da licitação conforme MODELO 4, tomando por base as especificações dos serviços, unidades e quantidades da planilha orçamentária anexa a este Edital, contendo, no mínimo:
- razão social da proponente;
 - identificação dos serviços e desta licitação;
 - tabela com item, especificação, unidade, quantidade, preço unitário, preço total do item e valor global do orçamento;
 - Data e assinatura do profissional responsável técnico, devidamente identificada.
- b) O cronograma físico-financeiro de execução, elaborado para cada item da licitação conforme MODELO 5, de forma a espelhar o equilíbrio do objeto ora licitado e estar condizente com a planilha orçamentária e com os prazos de execução estipulados, respectivamente, contendo:
- razão social da proponente;
 - identificação dos serviços e desta licitação;
 - tabela com item, especificação dos serviços, parcelas mensais (em valores e percentuais), preço total e valor global do cronograma;
 - data e assinatura do profissional responsável técnico, devidamente identificada.

7.3. Juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, deverá ser entregue declaração de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e de que conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, conforme MODELO 6.

7.4. Os valores da proposta devem ser apresentados em moeda corrente nacional, em duas casas decimais.

7.5. As propostas que apresentarem erros manifestos de cálculo serão corrigidas automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação, no que se refere aos valores de soma e/ou multiplicação, tomando por base os valores unitários.

7.6. Todas as despesas necessárias à execução do objeto não descritas na planilha orçamentária, como carga, transporte e descarga, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, tarifas, emolumentos, licenças, alojamento para atendimento dos serviços, seguro em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos de natureza infortunística, trabalhista, responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados ao Município de Palmas e/ou terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços, dentre outras, são de responsabilidade da proponente e devem estar incluídas na composição dos custos.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O Envelope II deverá conter, obrigatoriamente, documentos que comprovem os requisitos legais para habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e **trabalhista** e cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, observadas as seguintes premissas:

- a) Os documentos deverão estar todos em nome do estabelecimento (matriz ou filial) que efetivamente apresentar a proposta de preços;
- b) documento para habilitação, sujeito a prazo de validade, que não mencionar o respectivo prazo ou a data de vencimento, será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição;



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

- c) o Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela Prefeitura de Palmas -TO, dentro do prazo de validade, substitui os documentos dos itens 8.2, 8.4 e 8.5, desde que os mesmos constem expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação;
- d) Para o uso da prerrogativa da substituição de documentos pelo CRC, na forma do item anterior, deve ser apresentado, concomitantemente, Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação, conforme MODELO 7.

8.2. Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. Para a comprovação da **Qualificação Técnica** as licitantes deverão apresentar:

- a) Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, válida e em dia;
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor de profissional pertencente ao quadro técnico do licitante, devidamente registrado(s) no CREA e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da licitação, em relação às parcelas de maior relevância conforme discriminação abaixo:

SERVIÇOS	UND
Cerâmica esmaltada em paredes PE 1-4	M ²
Piso industrial de alta resistência	M ²
Pintura com tinta acrílica para pisos em quadras poliesportivas	M ²
Pavimentação em blocos de concreto sextavado esp. 6,0 cm assente. Colchão areia	M ²

- c) demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional), mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando a licitante como empresa contratada, que comprove(m) experiência em serviços compatíveis em características e quantidades do objeto licitado, em relação às parcelas de maior relevância, conforme discriminação abaixo:
- d) A empresa deve comprovar qualificação técnico-operacional, com atestado comprovando que a contratada tenha executado contrato de igual relevância exigido de no mínimo os quantitativos apresentados na planilha a seguir:



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

SERVIÇOS	UND
Cerâmica esmaltada em paredes PE 1-4	84.00 M ²
Piso industrial de alta resistência	56,00M ²
Pintura com tinta acrílica para pisos em quadras poliesportivas	400,00M ²
Pavimentação em blocos de concreto sextavado esp. 6,0 cm assente. Colchão areia	1.100,00M ²

- e) Se for apresentada por uma empresa uma certidão e/ou atestado emitido em nome de um consórcio, para fins de apuração da quantidade executada por esta empresa, será levado em consideração o percentual da participação desta empresa no consórcio.
- f) declaração de responsabilidade técnica firmada pela empresa, indicando que o(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento do item 7.3.b, estará(ão) incluso(s) na equipe técnica, e que irá(ão) participar da execução do objeto licitado na condição de Responsável(eis) Técnico(s), conforme MODELO 8;
- g) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, elaborada conforme MODELO 9.

8.3.1. Para atendimento do item 8.3.b será admitida a comprovação através de Atestado(s) de Capacidade Técnica de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8.3.2. Preferencialmente, o licitante deverá assinalar, com um pincel do tipo marca-texto, os itens dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados que atendam às parcelas de maior relevância.

8.4. Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira** os licitantes deverão apresentar:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício de 2012, apresentados em conformidade a legislação vigente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira do licitante;
- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor do local do estabelecimento da empresa;
- c) comprovação do licitante possuir, na data da abertura do certame, capital social mínimo de 8% (oito por cento) do valor estimado da contratação.

8.4.1. A comprovação da boa situação financeira dos licitantes será verificada pela obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1 (um), em qualquer dos índices, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$	$LC = \frac{AC}{PC}$
AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante RLP = Realizável a Longo Prazo ELP = Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total		

8.4.2. O cálculo dos índices contábeis indicados no item anterior deverão estar demonstrados pelo licitante, conforme MODELO 10.

8.4.3. As empresas constituídas a partir de 2014 deverão apresentar Balanço de Abertura, na forma da lei.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

8.4.4. As empresas optantes do “SIMPLES NACIONAL” não estão dispensadas de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis.

8.5. Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal (Alvará de funcionamento válido e em dia), relativo ao estabelecimento do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de quitação de tributos federais, incluindo a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos estaduais (ou distritais), relativamente à sede ou domicílio do proponente;
- e) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos municipais (ou distritais), relativamente à sede ou domicílio do proponente;
- f) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de regularidade das Contribuições Previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- h) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.**

8.6. A comprovação **do cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** se dará através da Declaração firmada pelo licitante conforme MODELO 11.

9. DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. Os participantes do pregão deverão comparecer com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário previsto para o início da sessão.

9.2. O Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO em data e hora pré-definido no edital, não cabendo mais apresentação de envelopes.

9.3. Por decisão do Pregoeiro, a sessão poderá ser suspensa e retomada posteriormente, em data e hora previamente informados aos participantes.

9.4. Da sessão lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos e ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1. Os envelopes contendo as Propostas Comerciais serão abertos e estas verificadas se atendem a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2. O critério de aceitabilidade dos preços será o de compatibilidade com os preços de insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, observando, que os valores



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

unitários ou globais, não poderão exceder ao valor estimado pela Administração, sob pena de desclassificação.

10.2.1 Quando solicitado, o licitante deverá demonstrar a exequibilidade de seus preços por meio de planilha detalhada de custos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

10.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor valor e aqueles que tenham apresentado propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, para participarem dos lances verbais.

10.4. Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.5. Caso haja empate nas condições definidas no item 10.3, as propostas com valores empatados serão classificadas para a fase de lances verbais.

11. DOS LANCES VERBAIS

11.1. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, com valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior valor classificado e os demais em ordem decrescente de classificação.

11.2. Será considerada, a proposta de preço escrita, como valor proposto acabado e final do licitante que, caso classificado para os lances verbais, não esteja representado em sessão.

11.3. A declaração de declínio em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas, incluindo-se nesta prerrogativa os interessados inseridos na Lei Complementar nº 123/2006.

11.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada deixe de apresentar proposta, as demais empresas em situação de empate poderão também apresentar suas propostas, respeitada a ordem de classificação dos preços;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de desempate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) na hipótese da não contratação nos termos previstos nas letras “a” e “b” acima, o objeto será



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

11.6. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12. DO JULGAMENTO

12.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.2. Declarada encerrada a etapa competitiva de lances, as ofertas serão ordenadas para classificação a partir do menor valor ofertado.

12.3. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.4. Sendo aceitável a proposta de menor valor, será aberto o envelope contendo a habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

12.5. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas subsequentes classificadas, verificando a sua aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

12.6. Não havendo a regularidade dos documentos de habilitação, o licitante será considerado inabilitado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.7. Ao vencedor de menor preço que apresente restrição na regularidade fiscal, inserido na condição estabelecida de favorecido como microempresa ou empresa de pequeno porte, qual será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularização de seus documentos de habilitação.

12.8. Em havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

12.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor ofertado que contemple as condições do Edital.

12.10. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço para a Administração.

12.11. Declarado o vencedor, o licitante terá o **prazo de 02 (dois) dias úteis** (com tolerância de 1 (um) dia (por motivos fortuitos) para o encaminhamento, ao Pregoeiro, de nova proposta, adequando os valores unitários ao valor do último lance ofertado e considerado vencedor, sob pena de desclassificação.

12.12. A nova proposta deverá ser apresentada em consonância com o item 07 deste Edital, vedado o artifício denominado “jogo de planilha” (itens com valores inexequíveis que ensejariam futuro realinhamento ou valores unitários ou globais superiores ao estimado ou, ainda, superiores à proposta inicial), sob pena de desclassificação.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2. As razões de recurso deverão versar exclusivamente sobre o tópico questionado verbalmente durante a sessão.

13.3. Na falta de manifestação imediata e motivada, no momento oportuno, ao licitante decairá o direito de recurso.

13.4. Os recursos serão decididos no prazo de 02 (dois) dias úteis, com a publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial do Município de Palmas, através do site portal.palmas.to.gov.br.

13.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, julgados desclassificados, os envelopes “HABILITAÇÃO” inviolados, no encerramento da licitação.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador da despesa.

14.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao Ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor e homologação do procedimento licitatório.

15. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Após a homologação do certame, a adjudicatária será convocada pela [Agência Municipal de Turismo](#) para assinatura de instrumento contratual relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

15.2. [Antes da assinatura do instrumento contratual, a empresa vencedora poderá ser convocada para apresentar a composição dos seus custos, relativos a materiais, mão-de-obra e equipamentos, para fins de constar em seu contrato de prestação de serviços, cuja apresentação deverá ser realizada no prazo improrrogável de até 02 \(dois\) dias úteis, sob as penalidades previstas neste edital.](#)

15.3. O contrato será firmado conforme minuta constante no Anexo IV.

15.4. O prazo de vigência contratual será de **08 (oito) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

15.5. Fica facultado à Administração, quando o vencedor não assinar o instrumento contratual, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

15.6. Quando notificada antes da efetiva [conclusão da execução do objeto](#), a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários [até o limite de 25% \(vinte e cinco por cento\) do valor contratual para as supressões e até o limite de 50% \(cinquenta por cento\) para os acréscimos](#), conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.

15.7. A critério exclusivo e mediante prévia autorização da [Agência Municipal de Turismo](#), a contratada poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

15.8. No caso de subcontratação, esta será autorizada somente para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e abrangerá somente até 30% (trinta por cento) dos serviços, observados os termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a subcontratada às mesmas condições de habilitação exigidas no certame, às responsabilidades contratuais e às legais, até o limite da subcontratação.

15.9. Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.

15.10. As despesas com a presente [prestação de serviços \(reforma\)](#) correrão à conta da [Agência Municipal de Turismo](#), na dotação orçamentária consignada no projeto/atividade, natureza da despesa e fonte indicadas no item 05 do Termo de Referência, ANEXO II.

16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO, FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO

16.1. O objeto deverá ser executado conforme condições do Termo de Referência constante no ANEXO II e em observância aos elementos instrutores fornecidos.

16.2. O prazo de execução dos serviços será de até [04 \(quatro\) meses](#), contados da expedição da Ordem de Serviços, que será ofertada de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da [Agência Municipal de Turismo](#).

16.3. A fiscalização dos serviços ficará a cargo da [Secretaria de Infraestrutura](#), obrigando-se a Contratada a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes livre acesso a todas as áreas e os locais onde se encontrarem depositados os materiais e equipamentos destinados à execução dos serviços referidos no presente Edital. Fica ressalvado que a efetiva ocorrência da fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços, que deverão apresentar perfeição absoluta.

16.4. Os fiscais da [Secretaria de Infraestrutura](#) terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito:

- a) a qualquer momento e desde que achar necessário, solicitar à Contratada a substituição de parte ou de toda a equipe técnica responsável pelos serviços, caso constatare que a mesma não tenha reais condições técnicas para a execução dos trabalhos, em observação às Normas da ABNT e demais especificações e recomendações necessárias ao bom andamento das atividades referente à execução dos serviços, objeto



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

deste Edital;

- b) recusar materiais ou equipamentos de má qualidade ou não especificados e exigir sua retirada dos serviços;
- c) suspender a execução de quaisquer serviços em desacordo com as normas da ABNT, especificações e recomendações da [Secretaria de Infraestrutura](#), exigindo sua reparação por conta da Contratada;
- d) determinar ordem de prioridade na execução dos serviços;
- e) exigir a presença do Responsável Técnico no local da execução dos serviços.

16.5. Mensalmente, serão feitas medições dos serviços executados, as quais deverão ser concluídas até 15 (quinze) dias do mês subsequente, conforme planilha de quantidades e preços unitários e de acordo com cronograma físico-financeiro, o qual poderá ser modificado diante da necessidade de adequações na realização dos serviços.

16.6. As medições sempre deverão estar de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, não sendo admitido à Contratada atrasar ou adiantar os serviços, sem autorização da [Secretaria de Infraestrutura](#).

16.7. Emitida a medição, a contratada deverá apresentar na sede [Secretaria de Infraestrutura](#) a Nota Fiscal correspondente ao valor medido, que será encaminhada ao órgão competente para ser reconhecida e atestada.

16.8. Todas as despesas, diretas e indiretas, relativas à execução do objeto, serão suportadas pelo adjudicatário.

17. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

17.1. O Município somente pagará a contratada as notas fiscais vinculadas à medição dos serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição e preços constantes do Contrato decorrente desta licitação.

17.2. Os pagamentos serão realizados em 30 (trinta) dias, contados do recebimento e atesto das Notas Fiscais de Serviços.

1.2. Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irremovíveis pelo período de um ano e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo INCC da Fundação Getúlio Vargas, específico do ramo da construção civil, ou outro índice que venha a substituí-lo. Os índices de reajuste, apurados pelo INCC, terão como teto máximo a variação do preço SINAPI. A fórmula de reajuste a ser aplicada é a seguinte:

R = $[(\mathbf{I_m} - \mathbf{I_o}) / \mathbf{I_o}] \times \mathbf{P}$, onde:

R = valor do reajustamento procurado;

I_m = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

I_o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = preço unitário contratado.

17.3. Para fins de contagem do prazo para reajuste anual, não serão computados os atrasos nos serviços havidos por responsabilidade da Contratada.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Pelo não cumprimento total ou parcial dos serviços, o Município poderá sujeitar a empresa adjudicatária às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do serviço, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Palmas, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

18.2. Quando o proponente não assinar o contrato, estará sujeito à multa do item 18.1.b e à penalidade do item 18.1.e ou 18.1.f, além de decair o direito à execução do objeto.

18.3. As sanções administrativas poderão ser aplicadas sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das ações penais cabíveis.

18.4. As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

18.5. A aplicação das penalidades independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

18.6. As penalidades serão aplicadas pelo órgão ordenador da despesa, através do Secretario Municipal, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

18.7. O proponente será cientificado, por escrito, da penalidade aplicada, ficando com o prazo de 5 (cinco) dias úteis para, se o desejar, recorrer ao órgão ordenador da despesa.

18.8. A suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, além das penalidades civil, penal e criminal, poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) retardarem a execução do Pregão;
- b) apresentarem declaração ou qualquer documento falso, fraudado ou cometerem fraude fiscal;
- c) aliciarem demais concorrentes ou formar conluio entre interessados.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

19.2. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.

19.3. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

19.4. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e habilitação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, para esse fim específico.

19.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.

19.6. Fica eleito o foro de Palmas - TO para resolver questões relativas ao presente Edital.

19.7. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Planejamento e Gestão, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (063) 2111-2735/2736 ou email cplpalmas@gmail.com.

Palmas - TO, aos 05 dias do mês de março de 2014.

Eneas Ribeiro Neto
Pregoeiro



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

QTD	UND	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIMADO
01	SRV	Contratação de serviços de engenharia para Revitalização da Praia da Graciosa de Palmas, conforme especificações da planilha orçamentária, cronograma de execução e termo de referência.	331.526,68



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE: AGENCIA MUNICIPAL DE TURISMO
02 – OBJETO: Revitalização da Praia da Graciosa de Palmas.
03 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO: O layout proposto visa melhorar o funcionamento da Praia da Graciosa e aumentar a quantidade do público e garantir suporte atrair turistas, fazendo assim girar a economia local.
04 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: Funcional programática – Ficha - Natureza da despesa – Subitem - Fonte
05 – QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: 5.1 QUANTIFICAÇÃO: Conforme Planilha Orçamentária em anexo. 5.2 ESPECIFICAÇÕES: 5.2.1. Instalação de canteiros de obras a) Compete à empreiteira fornecer todas as ferramentas, máquinas e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como os equipamentos de proteção individual (EPI) e proteção coletiva (EPC). b) Placa de Obra: Padrão PMP de (3,0m x 1,5m) de chapa galvanizada, pintada com dados da obra e colocada em vigotas de (6 x12 cm). c) Placa do CREA: Em chapa galvanizada, de (1,5m x 1,0m), pintada com os nomes dos profissionais responsáveis técnicos pela obra e projetos e seus respectivos números do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e colocada em vigotas de (6 x 12 cm), a 2,20m da parte inferior da placa. d) Anotação no CREA – TO: A empreiteira deverá anotar a execução da obra no CREA-TO, conforme lei federal n.6.496. (ART – Anotação de Responsabilidade Técnica). e) Barracão; A empreiteira deverá executar barracão de obra com 60,00 metros quadrados, ligação provisória de água e energia. 5.2.2) Demolições e Retiradas a) Deverá retirado o alambrado da quadra indicados pela fiscalização; b) Deverá ser demolido todo o forro de PVC do banheiro e catur; c) serão demolidas todas as telhas do tipo onduline do banheiro e catur conforme indicação da fiscalização; d) Deverão ser removidas as janelas e portas e batentes de indicadas pela fiscalização; e) Deverá ser executada raspagem da pintura interna do catur e nos locais indicados pela fiscalização; f) Deverão ser demolidos todo o piso cerâmico do banheiro e catur; g) Todo o revestimento cerâmico das paredes do banheiro. 5.3) INFRA-ESTRUTURA: a) Serão executadas brocas de concreto armado D=20 cm concreto Fck 15 em profundidades indicadas pela fiscalização; b) Deverão ser escavadas valas (0,30x0,40)m, onde será assentada a viga baldrame e alvenaria de embasamento. c) Deverão ser apiloadas com maço 30 kg, o fundo das valas, e piso. d) Os trabalhos de aterro/reaterro de valas e pisos deverão ser executados em camadas sucessivas de altura máxima 20 cm, umedecidas e energicamente apiloadas, de modo a serem evitadas infiltrações, fendas, trincas e desníveis por recalque das camadas aterradas. e) Só será aprovado material de aterro de 1ª categoria, sendo que se o material escavado atender à especificação poderá ser reaproveitado. f) Serão executadas formas de madeira branca, utilização 5x, sendo que as mesmas devem ser estanques de modo a impedir a perda do líquido do concreto.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

g) Serão utilizadas armaduras CA-50 e CA-60 com diâmetros, espaçamentos e quantitativos, conforme indicado em projeto.

h) Será utilizado broca de concreto armado diâmetro 30 cm com profundidade de 2,00m para fixação dos pilares de madeira dos guarda sois de palha.

5.4) SUPERESTRUTURA:

a) Serão utilizadas formas madeira compensada resinada e=12 mm.

b) Serão utilizadas armaduras CA-50 e CA-60, com diâmetros, quantitativos e espaçamentos determinado em projeto.

c) Executar cinta de concreto armado 10x10 cm

d) Na superestrutura será utilizado concreto Controle. B Fck = 20 MPa.

e) Será utilizado peças de madeira roliça diâmetro 20 cm para fixação da cobertura de palha.

5.5) PAREDES E PAINÉIS:

a) Serão executadas alvenarias com tijolo cerâmico furado 10x15x20cm com argamassa mista, (1:2:8) cimento, cal hidratado, areia E=10 cm.

5.6) ESQUADRIAS

5.6.1) Vidros

Todos os vidros serão do mesmo padrão existente.

Os mesmos deverão estar isentos de manchas e instalados somente após a conclusão da pintura do prédio e esquadrias

5.6.2) metálica

Serão instaladas portas e janelas nos mesmos padrões existentes e ou indicadas pela fiscalização.

5.7) COBERTURA

Serão instalada telhas de fibrocimento ondulada 6 mm, em substituição a tela onduline existente, com características de qualidade especificada em norma NBR7181 – Telha ondulada de fibrocimento, não podendo ser utilizadas telhas quebradas ou que contenham empenos e rachaduras.

Serão executado 13 guarda sois com estrutura de madeira e coberta com palha.

5.8) REVESTIMENTOS

5.8.1) Chapisco

As superfícies destinadas a receber o chapisco serão limpas a vassoura e abundantemente molhadas, antes de receber a aplicação desse revestimento.

O chapisco será executado com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia) E = 5 mm, nos ambientes onde as paredes serão rebocadas ou emboçadas.

5.8.2) Reboco Paulista

Os rebocos serão iniciados após completa pega de argamassa das alvenarias e chapiscos.

O reboco de cada parede só será iniciado depois de embutidas todas as canalizações que por ele devem passar.

A espessura do reboco deverá ser de 15 mm a 20 mm.

O reboco será executado com argamassa no traço 1:2:9 (cimento, cal hidratada e areia).

O Reboco das duchas receberá desenhos em abaixo relevo, fazendo alusão às mandalas de capim dourado.

5.8.3) Cerâmico

Deverá ser instalada cerâmica PEI 4 de primeira qualidade (classe a) em todas as paredes internas do banheiro, nas dimensões e cores indicadas pela fiscalização.

5.9) PISOS

Será executado contra piso de concreto e= 5 cm na base das lixeiras e duchas.

Será executada regularização de contra piso nos banheiros, catur, base das lixeiras e duchas.

Será instalado piso de granitina de alta resistência e=8 mm com juntas elásticas de dilatação.

Serão instalados cacos de cerâmica nas duchas conforme projeto arquitetônico.

5.10) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

10.1) Hidráulicas



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

- a) Instalar pontos de água fria com tubo PVC roscável com registro de pressão com canopla e chuveiro plástico simples e ralo sifonado de PVC nas duchas e banheiros;
- b) Instalar bancada de granito cinza polido com cuba de louça de embutir, torneira metálica, engates e rabicho de PVC conforme orientação da fiscalização;
- c) Instalar mictório de louça branca com sifão integrado com ferragens em metal cromado e registro de pressão de ½ e tubo de ligação;
- d) Será instalado sob o a base da lixeira sumidouro com profundidade de 1,00m e diâmetro de 0,50m com tampa de concreto armado e ralo sifonado.

5.11) PINTURA

11.1) Paredes Internas

- a) Executar pintura com tinta látex 02 (duas) demãos, marca Coral, Renner ou similar, na cor indicada pela fiscalização.
- b) Executar emassamento 01 demão com massa de PVA em toda a área interna do prédio do catur (centro de atendimento ao turista).

5.11.2) Paredes Externas

- a) Executar pintura com tinta látex 02 (duas) demãos, marca Coral, Renner ou similar, na cor indicada pela fiscalização.
- b) Executar pintura com textura acrílica nos detalhes da fachada do prédio do catur e banheiros, conforme indicado pela fiscalização.
- c) Executar pintura látex acrílica sobre reboco nas cores indicada pela fiscalização.

5.11.3) Quadra/Estação de Ginástica

- a) Todo o piso da quadra deverá ser pintado com tinta específica para piso na cor concreto e após a secagem da mesma efetuar a pintura da demarcação das faixas da quadra poliesportiva, nas marcas Coral, Renner, Suvinil ou similar.
- b) Todo o piso da estação de ginástica deverá ser pintado com tinta específica para piso na cor concreto.

5.11.4) Metálicas

- a) Todas as esquadrias de metálicas receberão aplicação de pintura esmalte sintético 02 (duas) demãos, nas marcas Coral, Renner ou similar, na cor indicada pela fiscalização.
- b) Todos os equipamentos metálicos (parquinho/quadra/caixa d'água) deverão ser devidamente lixadas e removida toda a pintura antiga para recebimento de uma nova pintura com duas demãos de esmalte sintético e uma demão de fundo oxidada de ferro/zarcão, nas cores a ser definida pela fiscalização.

5.12) ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Deverão ser executados conforme prescrições da NBR14039/2003 e outras pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como das Normas da Concessionária de Energia Celtns.

5.12.1) Fornecimento

O fornecimento de energia, de acordo com o local e a demanda da edificação, será em estrela com neutro, 380/220 V, 60 Hz.

5.12.2) Ramal de Entrada

O sistema de entrada deve ser reformado, com a substituição de todos os conjuntos de comando, incluindo disjuntores, relés e contatores. Os eletrodutos de ferro galvanizado que estão enferrujados também devem ser trocados. O cabeamento de entrada, sendo três fases e um neutro, deve ser mantido. Devem ser substituídas as caixas de medidores tipo CP Rede. Algumas caixas de passagem estão em péssimo estado devendo ser demolidas e reconstruídas com tamanho 60x60x70 cm.

Admite-se o emprego de quadros fabricados por Cemar componentes elétricos Ltda.

Delta Montagens eletromecânicas Ltda.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

Siemens S.A.

Admite-se o emprego de disjuntores fabricados por

AEG S.A.

ABB Ltda.

Siemens S.A.

Bticino equipamentos elétricos Ltda.

General Electric S.A.

5.12.3) Infra-estrutura e Condutores elétricos

Alguns circuitos estão danificados, necessitando de substituição. Estes circuitos elétricos de energia comum utilizarão a infraestrutura de eletrodutos embutidos, já existente. A distinção dos cabos será feita pelas cores padronizadas das isolações

Em circuitos terminais deverá ser utilizado cabos com isolação 450/750V de material PVC não propagador de chama, conforme cores abaixo:

Cores dos condutores da rede de energia comum:

- Aterramento: verde;
- Retorno: branco;
- Neutro: azul claro;
- Fase: vermelho;

Os condutores para todos os circuitos devem ser de cobre isolado flexível nas espessuras 25,16 e 10 mm².

Admite-se o emprego de fios e cabos fabricados por

Alcoa Alumínio S.A

Ficap – Fios e Cabos plásticos

Induscabos Condutores Elétricos

Pirelli Cabos S.A.

Inbrac S.A.

5.12.4) Caixas de passagem

As caixas de passagem interligadas aos postes circulares já estão devidamente instaladas, sendo necessário, no entanto, sua readequação quanto à altura em relação ao solo. Todas as caixas devem ser rebaixadas 20 cm em relação ao nível do solo. Algumas caixas estão com as tampas danificadas, sendo necessária a sua substituição. Esta tampa deve ser de concreto armado com as dimensões 60x60x15 cm.

5.12.5) Postes

Os postes circulares devem ser pintados em toda sua extensão com cal hidratada, incluindo fixador, em três demãos.

BANHEIROS

Quadros e Disjuntores

Cada banheiro possui uma caixa de distribuição em sua parede externa. Nesta caixa existe um disjuntor. Tanto as caixas quanto os disjuntores necessitam ser trocados. A nova caixa será do tipo metálica 4'x4'. Neste quadro será instalado um disjuntor geral de baixa tensão monofásico de 20 A para proteção geral da infraestrutura elétrica.

Infra-estrutura e Condutores elétricos

Alguns circuitos estão danificados, necessitando de substituição. Estes circuitos elétricos de energia comum utilizarão a infraestrutura de eletrodutos embutidos, já existente. A distinção dos cabos será feita pelas cores padronizadas das isolações.

Em circuitos terminais deverá ser utilizado cabos com isolação 450/750V de material PVC não propagador de chama, conforme cores abaixo:

Cores dos condutores da rede de energia comum:

- Aterramento: verde;
- Retorno: branco;



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

- Neutro: azul claro;
- Fase: vermelho;

Os condutores para todos os circuitos devem ser de cobre isolado flexível 2,5 mm².

Interruptores e tomadas

Os interruptores existentes devem ser substituídos. Estes interruptores serão de embutir, com contatos de prata e demais componentes elétricos de liga de cobre. A resistência de isolamento deve ser no mínimo 10 ohms. Na ligação dos condutores deve se ter o cuidado de se fazer a separação entre os condutores fase e neutro conforme as respectivas cores. As posições dos interruptores já estão definidas pelas caixas de derivação.

Admite-se o emprego de interruptores fabricados por

Alumbra S.A.

Pial Eletronicos Ltda.

Siemens S.A

Pontos de Consumo – Luminárias e lâmpadas

Nos banheiros existem luminárias simples com lâmpadas compactas. Estas luminárias serão substituídas por luminárias tipo arandela com base em chapa de aço pintada, com lâmpada embutida. Estas luminárias devem apresentar resistência adequada, não propagação de fogo e dimensões que propiciem espaço suficiente para as ligações elétricas.

Admite-se o emprego de Luminárias fabricadas por

Wetzel Ltda.

Dialuz Ltda.

Art Luz S.A.

Intral S.A.

Admite-se o emprego de Lâmpadas fabricadas por

Osram Ltda.

Phillips do Brasil Ltda.

General Electric S.A

Sylvania Ltda.

QUADRA DE ESPORTES

Ramal de Entrada

O sistema de entrada deve ser reformado, com a substituição do conjunto de comando específico da quadra, incluindo disjuntor, relé e contator. O eletroduto de ferro galvanizado deve ser trocados. O cabeamento de entrada, sendo três fases e um neutro, deve ser mantido. Deve ser substituída a caixa de medidor tipo CP Rede. Algumas caixas de passagem devem ser demolidas e reconstruídas com tamanho 60x60x70 cm. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Quadros e Disjuntores

A quadra possui uma caixa de distribuição em mureta. Esta caixa deve ser substituída por uma caixa em chapa metálica com espaço para três disjuntores termomagnéticos monopolares. Deve ser instalado também um disjuntor termomagnético trifásico de 30 A para ligação dos circuitos. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Caixas de passagem

As caixas de passagem interligadas aos postes DT já estão devidamente instaladas, sendo necessário, no entanto, sua readequação quanto à altura em relação ao solo. Todas as caixas devem ser rebaixadas 20 cm em relação ao nível do solo.

ADMINISTRAÇÃO 1 (Centro de atendimento ao turista)

Infraestrutura e Condutores elétricos



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

Alguns circuitos estão danificados, necessitando de substituição. Estes circuitos elétricos de energia comum utilizarão a infraestrutura de eletrodutos embutidos, já existente. A distinção dos cabos será feita pelas cores padronizadas das isolações.

Em circuitos terminais deverá ser utilizado cabos com isolação 450/750V de material PVC não propagador de chama. Os condutores para todos os circuitos devem ser de cobre isolado flexível 2,5 mm². Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Interruptores e tomadas

Os interruptores existentes devem ser substituídos, inclusive dos banheiros. Estes interruptores serão de embutir, com contatos de prata e demais componentes elétricos de liga de cobre. A resistência de isolamento deve ser no mínimo 10 ohms. Na ligação dos condutores deve se ter o cuidado de se fazer a separação entre os condutores fase e neutro conforme as respectivas cores. Todas as tomadas existentes necessitam ser trocadas, sendo instaladas tomadas 2P+T 10A. As tomadas para ar condicionado devem ser instaladas em local adequado, sendo do tipo 2P+T 20A. As posições das tomadas e dos interruptores já estão definidas pelas caixas de derivação. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Pontos de Consumo – Luminárias e lâmpadas

Na sala de administração existem luminárias tipo calha 2x20 W. Todas estas luminárias devem ser substituídas por outras do mesmo modelo. Nos banheiros existem luminárias simples com lâmpadas compactas. Estas luminárias devem substituídas por outras do mesmo modelo. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

ADMINISTRAÇÃO 2 (Tia Adelaide/Clube de canoagem)

Infraestrutura e Condutores elétricos

Alguns circuitos estão danificados, necessitando de substituição. Estes circuitos elétricos de energia comum utilizarão a infraestrutura de eletrodutos embutidos, já existente. A distinção dos cabos será feita pelas cores padronizadas das isolações. Em circuitos terminais deverá ser utilizado cabos com isolação 450/750V de material PVC não propagador de chama. Os condutores para todos os circuitos devem ser de cobre isolado flexível 2,5 mm². Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Interruptores e tomadas

Os interruptores existentes devem ser substituídos. Estes interruptores serão de embutir, com contatos de prata e demais componentes elétricos de liga de cobre. A resistência de isolamento deve ser no mínimo 10 ohms. Na ligação dos condutores deve se ter o cuidado de se fazer a separação entre os condutores fase e neutro conforme as respectivas cores. Todas as tomadas existentes necessitam ser trocadas, sendo instaladas tomadas 2P+T 10A. As tomadas para ar condicionado devem ser instaladas em local adequado, sendo do tipo 2P+T 20A. As posições das tomadas e dos interruptores já estão definidas pelas caixas de derivação. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Pontos de Consumo – Luminárias e lâmpadas

Neste local existem luminárias simples com lâmpadas compactas. Todas estas luminárias devem substituídas por outras do mesmo modelo. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

RESTAURANTE

Infraestrutura e Condutores elétricos

Alguns circuitos estão danificados, necessitando de substituição. Estes circuitos elétricos de energia comum utilizarão a infraestrutura de eletrodutos embutidos, já existente. A distinção dos cabos será feita pelas cores padronizadas das isolações.

Em circuitos terminais deverá ser utilizado cabos com isolação 450/750V de material PVC não propagador de chama. Os condutores para todos os circuitos devem ser de cobre isolado flexível 2,5 mm². Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

Interruptores e tomadas

Os interruptores existentes devem ser substituídos, inclusive dos banheiros. Estes interruptores serão de embutir, com contatos de prata e demais componentes elétricos de liga de cobre. A resistência de isolamento deve ser no mínimo 10 ohms. Na ligação dos condutores deve se ter o cuidado de se fazer a separação entre os condutores fase e neutro conforme as respectivas cores. Todas as tomadas existentes necessitam ser trocadas, sendo instaladas tomadas 2P+T 10A. As posições das tomadas e dos interruptores já estão definidas pelas caixas de derivação. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

Pontos de Consumo – Luminárias e lâmpadas

Na cozinha existem luminárias tipo calha 2x40 W. Todas estas luminárias devem ser substituídas por outras do mesmo modelo. Nos banheiros existem luminárias simples com lâmpadas compactas. Estas luminárias devem substituídas por outras do mesmo modelo. Os fabricantes devem ser os mesmos citados anteriormente.

5.12.6– Limpeza final

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza, devendo as instalações, equipamentos e aparelhos apresentarem perfeito funcionamento. Todas as instalações deverão estar definitivamente ligadas.

Todo o entulho deverá ser removido do terreno pela Contratada.

Serão lavados convenientemente, e de acordo com as especificações, os pisos, ferragens e metais, devendo ser removidos quaisquer vestígios de tintas, manchas e argamassa.

As ferragens de esquadrias serão limpas com removedor adequado polindo-se finalmente com flanela seca.

06 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Proponente deverá apresentar os documentos abaixo relacionados relativos à qualificação técnica:

- Certidão de Registro e quitação, da empresa proponente e do(s) responsável (is) técnico(s), emitida pelo CREA;
- Comprovação de que possui equipe técnica compatível com as exigências da obra, ou seja, Engenheiro Civil ou Arquiteto, que será o RESPONSÁVEL TÉCNICO durante a execução do contrato, devendo ser detentor de Atestado de Capacidade Técnica de obra com características pertinentes e compatíveis, que comprovem a já ter executado os itens de relevância a baixo:

Cerâmica esmaltada em paredes PE 1-4 m² 84,00

Piso industrial de alta resistência m² 56,00

Pintura com tinta acrílica para pisos em quadras poliesportivas m² 400,00

Pavimentação em blocos de concreto sextavado esp. 6,0 cm assente. Colchão areia m² 1.100,00

- Declaração do proponente que visitou o local onde será executada a obra e de que conhece todas as peculiaridades relativas à sua execução;
- Declaração formal de disponibilidade da equipe técnica especializada que se responsabilizará pelos serviços relativos ao objeto do contrato, devendo ser relacionado à equipe técnica de profissionais que serão responsáveis pela execução da obra.

07 – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será realizada pelos servidores da SEISP. Fica a cargo da fiscalização o direito de:

- Solicitar a substituição de qualquer operário (engenheiro, arquiteto, mestre, por exemplo) que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- Exigir o cumprimento de todos os itens dessas especificações;
- Rejeitar todo e qualquer material que não esteja dentro das especificações exigidas ou não atendam as normas técnicas e estipular prazo para a sua retirada da obra;
- Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente detectadas;
- Aprovar materiais equivalentes propostos pela contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas;

A presença da fiscalização na obra não diminuirá a responsabilidade da empresa contratada:

O construtor é obrigado a facilitar à fiscalização o acesso aos materiais e serviços em execução, facultado à mesma à inspeção de todas as dependências do canteiro de obras onde se encontram estocados os materiais, equipamentos e documentação.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

A fiscalização adotará o manual de fiscalização como balizamento para os procedimentos de acompanhamento, fiscalização e aferição dos quantitativos referente ao contrato e qualquer situação não especificada neste termo de referência será convalidada por este manual que será disponibilizado a contratada na ocasião da entrega da ordem de serviço.

08 – BDI

O BDI - Bonificação e Despesas Indiretas deverão compreender o LUCRO (benefício) e as demais despesas indiretas, aqui entendidas aquelas que não possam ser especificadas unitariamente, tais como:

- Custo com administração central;
- Despesas eventuais;
- Despesas com impostos e taxas;
- Custo financeiro (para fazer face ao desembolso antecipado de despesas).

O BDI deverá ser apresentado de forma analítica, ou seja, apresentar a composição dos encargos financeiros inseridos no percentual da bonificação proposta.

09 – VALOR ESTIMADO / COTAÇÃO.

O preço global foi orçado em **R\$ 331.526,68 (trezentos e trinta e um mil quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos)**

10 – PRAZO PARA ENTREGA / EXECUÇÃO

O prazo de entrega é de **04 (quatro) meses** a contar da assinatura da ordem de serviço.

11 – LOCAL DE ENTREGA / REALIZAÇÃO / INSTALAÇÃO

Todos os serviços deverão ser entregues na Praia da Graciosa Av. Orla de Palmas.

12 – CONDIÇÕES GERAIS

12.1 APRESENTAÇÃO

12.1.1 PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DA OBRA

a) Informações para licitação:

- O regime de execução da obra será Empreitada por preço global na modalidade de pregão presencial, conforme aplicável na legislação em espécie;
- A contratada poderá subcontratar com terceiros um percentual de até 30% do valor com elas Contratado;
- A contratada deverá apresentar a Relação dos equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços;
- As Exigências para recebimento provisório e definitivo do empreendimento constam do manual Técnico de fiscalização;

b) As Informações para a gestão da obra (dados sobre a programação da obra, a estratégia de suprimentos, o canteiro da obra, as instalações provisórias, relação dos serviços de forma detalhada) ficarão a cargo da fiscalização que será efetuada pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços públicos;

c) Normas de fiscalização e outros dados necessários pertinentes à área técnica estão disponíveis no manual de fiscalização.

Condições gerais

A contratada responsabilizar-se-á pelos encargos sociais e trabalhistas, fiscais, alimentação, uniformes, EPI's, ferramentas, máquinas e equipamentos resultantes da execução do contrato, bem como qualquer manutenção aos seus empregados.

Quando em serviço nas instalações do EMPREENDIMENTO, manter o pessoal da empresa devidamente uniformizado ou com crachá de identificação, e em completas condições de postura e com proteção de segurança individual e coletiva quando for o caso.

Responder pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

A CONTRATADA, somente poderá dar início aos serviços decorrentes da prestação de serviços, com o número indispensável de funcionários e equipamentos necessários para execução do objeto do contrato ou da ordem de serviço.

Manter estrutura física suficiente, em número de funcionários com habilitação específica profissional para o serviço.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº...../2014, CELEBRADO NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PALMAS, E DE OUTRO, COMO CONTRATADA,

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PALMAS, instituição de direito público, CGC/MF. Nº 24.851.511/0001-85, sito na 502 Sul - Paço Municipal - Palácio dos Girassóis, nesta Capital, neste ato representado pela Senhora ..., **Presidente da Agência Municipal de Turismo**, CPF....., Cl....., residente e domiciliado nesta capital.

INTERVENIENTE: **Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos**, neste ato representado pelo Senhor ..., **Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos**, CPF....., Cl....., residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado, com sede, inscrita no CNPJ nº, por seu Representante Legal, têm justos e certos o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da Adjudicação na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tudo constante do processo protocolado nesta Prefeitura Municipal de Palmas sob o nº **2013025880, Pregão Presencial n.º xxx/2014**, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 O objeto do presente Contrato é a **contratação de empresa para execução de serviços de revitalização da Praia da Graciosa** conforme especificações constantes no Edital convocatório.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância dos termos do instrumento da Licitação deste contrato, seus anexos e modelos, **no regime de execução de empreitada por preço global**.

3.2 A CONTRATADA e o (s) profissionais (is) responsável (is) pela execução dos serviços deverão manter inscrição no CREA/CAU do Tocantins durante todo o período deste contrato, ou apresentar o visto da unidade regional de referido Conselho neste Estado.

3.3 A CONTRATADA não poderá substituir profissional indicado como Responsável Técnico pelos serviços sem autorização expressa da **Secretaria de Infraestrutura**.

3.3.1. A substituição de Responsável Técnico somente poderá ser autorizada se o novo profissional indicado comprovar ser funcionário ou sócio da empresa e detentor de Atestado de Capacidade Técnica na forma exigida no Edital do Pregão Presencial.

3.4 A CONTRATADA deverá providenciar a matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS, na forma legal, ou justificar a dispensa da matrícula, se for o caso.

3.5 A critério exclusivo e mediante prévia autorização da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

3.5.1 No caso de subcontratação, esta será autorizada somente para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e abrangerá somente até 30% (trinta por cento) dos serviços, observados os termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a subcontratada às mesmas condições de habilitação exigidas no certame, às responsabilidades contratuais e às legais, até o limite da subcontratação.

3.6 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local de execução dos serviços, para representá-lo na execução do contrato.

3.7 A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE e no interesse da segurança, o fornecimento de equipamentos adequados ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados.

3.8 A CONTRATANTE não pagará indenização de danos causados por qualquer agente físico da natureza. Neste caso a CONTRATADA deverá precaver-se contra esses riscos através de seguro específico ou de outra forma que julgar da sua conveniência.

3.9 Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um "Diário de Obras", permanentemente disponível para lançamento de notas, no local da execução dos serviços. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras":

a) pela Contratada: todas as suas solicitações à CONTRATANTE e todos os demais fatos importantes ao desenvolvimento dos serviços;

b) pela Fiscalização: todas as definições, solicitações e demais determinações necessárias ao andamento dos serviços.

3.10 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução, nos termos do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

3.11 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

3.12 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO E PRORROGAÇÃO

4.1 O presente contrato terá vigência de **08 (oito) meses**, contados a partir da assinatura.

4.2 Os serviços contratados deverão ser concluídos dentro do prazo de até **04 (quatro) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

4.3 À CONTRATADA será facultado pedir prorrogação do prazo somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes atos ou fatores:

- a) falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando os fornecimentos deles couberem ao CONTRATANTE;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir ou paralisar os serviços no interesse da Administração;
- c) por motivo de força maior, tal como definido na legislação brasileira, em especial no Código Civil.
- d) quando não houver emissão de "ordem de serviço" concomitantemente com a assinatura deste contrato.

4.3.1 Ocorrendo a Ordem de Paralisação a CONTRATADA deverá aguardar a Ordem de Reinício para retomada dos serviços.

4.4 O requerimento da CONTRATADA para prorrogação deverá ser protocolado em até 10 (dez) dias, nos casos acima mencionados nas letras "a" e "b", ou 48h (quarenta e oito horas), quando ocorrer o aludido na letra "c", todos do item 4.3, do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

4.5 Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário ao reinício e conclusão das mesmas.

4.6 Se os serviços forem paralisados por mais de 60 (sessenta) dias, por motivo de força maior, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato mediante comunicação por escrito à CONTRATADA.

4.7 As prorrogações autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇOS E PAGAMENTOS.

5.1 Pelos serviços contratados e efetivamente executados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços constantes de sua proposta, no valor global de R\$... (...), a preços iniciais.

5.1.1 A composição dos custos, de acordo com a proposta apresentada pela contratada, resulta em:

Discriminação	Valor R\$
Materiais	
Equipamentos	
Mão-de-Obra	
TOTAL	

5.2 Fica expressamente estabelecida que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços.

5.3 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite de **25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato para as supressões e até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos**, sempre precedido da indispensável justificativa técnica, tendo como base o valor inicial do contrato, de acordo com art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, mediante celebração de termo aditivo.

5.4 Os preços contratuais serão fixos e irremovíveis pelo período de um ano e, ultrapassado este limite, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo INCC da Fundação Getúlio Vargas, específico do ramo da construção civil, ou outro índice que venha a substituí-lo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = [(Im - Io) / Io] \times P, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = preço unitário contratado.

5.4.1. Os índices de reajuste, apurados pelo INCC, terão como teto máximo a variação do preço SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.

5.4.2. Para fins de contagem do prazo para reajuste anual, não serão computados os atrasos nos serviços havidos por



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

responsabilidade da CONTRATADA.

5.5 A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA as notas fiscais vinculadas aos serviços efetivamente executados.

5.6 Todos os pagamentos somente serão efetuados após:

a) As notas fiscais terem sido conferidas e atestadas pela fiscalização da [Secretaria de Infraestrutura](#);

b) A comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA perante a Prefeitura Municipal de Palmas - TO.

5.7 Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias da data de entrada da nota fiscal.

5.8 Fica o primeiro pagamento condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA do Registro da Obra junto ao CREA/CAU-TO e da matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO

6.1 A fiscalização dos serviços objeto deste contrato será feita por técnicos designados pela [Secretaria de Infraestrutura](#), obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes acesso a todas as partes dos serviços.

6.2 Os fiscais da [Secretaria de Infraestrutura](#) terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito:

a) a qualquer momento e desde que achar necessário, solicitar à CONTRATADA a substituir de parte ou de toda a equipe técnica responsável pelos serviços, caso constate que a mesma não tenha reais condições técnicas para a execução dos trabalhos dentro da melhor técnica e em observação a Normas da ABNT e demais especificações e recomendações necessárias ao bom andamento das atividades referentes à execução dos serviços objeto deste Contrato;

b) recusar os serviços de má qualidade ou não especificados;

c) suspender a execução de quaisquer serviços em desacordo com as normas da ABNT, especificações e recomendações da [Secretaria de Infraestrutura](#), exigindo sua reparação por conta da CONTRATADA;

d) exigir da CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle dos serviços;

e) determinar ordem de prioridade na execução dos serviços.

6.3 A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA as notas fiscais vinculadas à medição dos serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição deste Contrato e preços constantes na proposta.

6.4 A primeira medição ocorrerá no último dia do mês que for expedida a Ordem de Serviços e as medições mensais subsequentes deverão ser concluídas até 15 (quinze) dias do mês subsequente, conforme planilha de quantidades e preços unitários e de acordo com cronograma físico-financeiro, o qual poderá ser modificado diante da necessidade de adequações na realização dos serviços.

6.4.1 As medições sempre deverão estar de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, não sendo admitido à CONTRATADA atrasar ou, sem autorização da [Secretaria de Infraestrutura](#), adiantar os serviços.

6.5 O resultado das medições dos serviços será lançado em formulários apropriados, de acordo com as normas vigentes no Município.

6.6 As notas fiscais relativas à medição de serviço serão obrigatoriamente acompanhadas das respectivas folhas de medição e deverão conter o número da matrícula CEI e a discriminação e valor de materiais, equipamentos e mão de obra.

6.6.1 A não discriminação dos materiais, equipamentos e mão de obra na nota fiscal, destacadamente, implicarão a retenção do INSS será sobre o valor bruto da Nota Fiscal, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

6.6.2 Os valores relativos a materiais, equipamentos e mão de obra informada nas notas fiscais não poderão ser divergentes da proposta da CONTRATADA, constantes na Cláusula 5.1.1.

6.7 A nota fiscal deverá ser protocolada na Prefeitura até o quinto dia do mês subsequente da medição, devidamente preenchida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO DE RECURSOS.

7.1 As despesas com a presente [prestação de serviços \(reforma\)](#) correrão à conta da [Agência Municipal de Turismo](#), na dotação orçamentária consignada no projeto/atividade [23.965.0308.5007](#), natureza da despesa [4.4.90.51](#), fontes [0010.00.199](#).

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADA às seguintes sanções penais:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

d) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

e) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Palmas, pelo prazo que for fixado pela Administração Pública em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

faltas, sua natureza e gravidade.

8.2 As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pelo CONTRATANTE, não sendo possível, deverão ser recolhidas pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, contando da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

8.3 A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

8.4 As multas e penalidades serão aplicadas pela CONTRATANTE, através do Secretário Municipal, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis, ou de processo administrativo.

8.5 A CONTRATADA será cientificada, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa no interesse do Serviço Público.

9.2 Os motivos para rescisão do contrato são os enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93.

9.2.1 Também caberá a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

9.2.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e o reconhecimento dos direitos da Administração em assumir integralmente o local da realização dos serviços.

9.3 Em qualquer hipótese de rescisão, à CONTRATADA caberá receber o valor dos serviços executados até a data da dissolução do contrato.

9.4 Ocorrendo rescisão por qualquer motivo, a CONTRATADA responderá se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativamente ou judicialmente.

9.5 Em caso algum, o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundo do Contrato entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS E SEGUROS

10.1 É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes destes Contratos, inclusive a matrícula de serviços junto ao INSS.

10.2 A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, das instalações de serviços e de todo o seu equipamento. É responsável também pelo seguro de responsabilidade civil incidente sobre seus bens e serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 Ao concluir os serviços, a contratada deverá comunicar o fato por escrito à [Secretaria de Infraestrutura](#), para seu recebimento provisório.

11.2 Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.

11.3 Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas e vícios verificados no ato do recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a Prefeitura.

11.3.1 Nestes casos, o preço será determinado pelo Município, e inobservância da obrigatoriedade de correção implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

11.4 Sanadas as falhas e irregularidade apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata a [cláusula 11.1](#).

11.5 Aprovadas as condições técnicas dos serviços, o Município fará o seu recebimento provisório.

11.6 O recebimento definitivo dos serviços será realizado 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, após nova fiscalização por parte da [Secretaria de Infraestrutura](#), observadas todas as condições exigidas neste Edital e seus anexos e no respectivo contrato.

11.6.1 Verificadas quaisquer irregularidades, vícios ou falhas nos serviços, serão observadas as disposições da [cláusula 11.2](#) e seguintes.

11.7 A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REGISTRO

12.1 O contrato deverá ser registrado no CREA/CAU pela Contratada, de acordo com a determinação legal da Lei 5.194, de 24 de Dezembro de 1996, cominada com a Resolução nº 1978, do CONFEA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO.



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

13.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas - TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissis pelas disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e nos **processos nº 2013025880**, conforme vencido no certame.

14.2 Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

E por estarem acordo, assinam este contrato os Representantes das partes, na presença de duas testemunhas.

Data

Contratante
Interveniente
Contratada
Testemunhas



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

MODELO 1 - Credenciamento

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Palmas (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial nº xxx/2012 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

MODELO



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Superintendência de Compras e Licitações

MODELO 2 - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

MODELO



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações

MODELO 3 - Proposta de Preços

Palmas-TO,de de 2014.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2014.
Proponente: (razão social da empresa proponente)
CNPJ:
Endereço:
Telefone / fax:

Objeto Licitado:
(descrição do objeto)

Valor Global Proposto:
(em algarismos e por extenso)

Prazo de Validade da Proposta:
60 (sessenta) dias.

Prazo de Execução dos Serviços:
(informar o prazo, conforme o cronograma)

Dados Bancários:
Banco:
Agência:
Conta-corrente:

MODELO



**PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações**

MODELO 6 - Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Aceite das Condições do Edital

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)), DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação ao Pregão Presencial nº xxx/2014, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório da referida licitação.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

MODELO



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações

MODELO 7 - Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação

Palmas-TO,de de 2014.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2014.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do § 2º do art. 32 e do art. 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, relativamente ao Edital em epígrafe.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

MODELO



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações

MODELO 8 - Declaração de Responsabilidade Técnica pelos Serviços

Palmas-TO,de de 2014.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2014.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, que o(s) profissional(is) apresentado(s) para fins de qualificação técnica, conforme item 8.3.b do Edital, está(ão) disponível(eis) e deverá(ão) participar, como Responsável(eis) Técnico(s), do objeto da licitação, quais sejam:

Nome do Profissional	Formação	CREA/CAU

Declaramos estar cientes que a Administração poderá admitir e aprovar a substituição do(s) profissional(is) indicado(s), desde que possuam experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

MODELO



**PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações**

MODELO 9 - Declaração de Conhecimento das Informações para Execução do Objeto

Palmas-TO,de de 2014.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2014.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

Declaramos, para fins de qualificação técnica, que temos conhecimento de todas as informações locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, relativamente ao Certame em epígrafe.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

MODELO



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações

MODELO 10 - Demonstrativo da Capacidade Econômico-financeira

Palmas-TO,de de 2014.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2014.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

MODELO

$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$ $\text{LG} = \frac{\quad}{\quad}$ $\text{LG} =$	<p>AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante RLP = Realizável a Longo Prazo ELP = Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total</p>
$\text{SG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$ $\text{SG} = \frac{\quad}{\quad}$ $\text{SG} =$	
$\text{LC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$ $\text{LC} = \frac{\quad}{\quad}$ $\text{LC} =$	Local e Data: Identificação e Assinatura do Responsável pelas Informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Compras e Licitações

MODELO 11 - Comprovação do Atendimento do Inc. XXXIII do Art. 7º da CF

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial N° _____/2014

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n°..... e do CPF n°....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

***Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome e assinatura do representante legal da empresa)

(***Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO